

A panacéia do desenvolvimento: subdesenvolvimento enquanto causa

Roberta Luzzardi¹
André S. Strasburguer²
Fernanda Novo³
Shirley da Silva Nascimento Altemburg⁴

Resumo

¹Engenheira Agrônoma. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: rluzzardi@gmail.com

²Engenheiro Agrônomo. Doutor em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela UFPel.

³Engenheira Agrônoma. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas.

⁴Tecnóloga em Saneamento Ambiental pelo Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul), Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas.

Recebido: 09/Abr/2010

Aprovado: 05/Ago/2010

No presente artigo, trataremos o modelo de desenvolvimento ocidental, segundo sua interligação com a produção, a tecnologia e o meio ambiente, a partir da noção de “subdesenvolvimento” enquanto causa. A metodologia deste ensaio assentou-se na leitura dos quatro vocábulos – presentes no Dicionário do Desenvolvimento (SACHS, 2000) e ainda outras obras que serão citadas no decorrer deste. Por fim, apontamos como inevitável, no atual momento da sociedade, a busca por soluções fundamentadas, que visem à resolução prática dos conflitos ambientais, não apenas sob seus aspectos ecológicos, mas também éticos, políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais.

Palavras-chave: Ambiente; Ciência; Sustentabilidade.

A panacea for development: underdevelopment as cause.

Abstract

In this paper, we understand the model of Western development, according to its interconnection with the production, technology and environment, from the concept of "underdevelopment" as a cause. The methodology of this test was based on the reading of the four words - within the Development Dictionary (Sachs, 2000) and all works will be cited throughout this. Finally, we point out as inevitable in the current society, the search for reasonable solutions, aimed at the practical resolution of environmental conflicts, not only in its ecological but also ethical, political, social, economic, scientific, technological and cultural aspects.

Keywords: environmental, science, sustainability.

Introdução

Na sistematização deste ensaio assumimos que a noção de desenvolvimento é tanto vazia quanto complexa, pois “nenhum outro conceito que influenciou tanto no pensamento da sociedade moderna, foi também tão ineficaz ao pensamento e ao comportamento [desta]” (ESTEVA, 2000). A noção de vazio está expressa na afirmação de (Ribeiro, 2000 apud SILVEIRA; SAYAGO 2006) na qual o desenvolvimento está ligado “a um tipo de universo ideacional de uma elasticidade tamanha que até faz crer se estar diante de uma caixa preta ou de uma noção vazia”. Entretanto, torna-se complexa, quando na sua implementação “[adapta] o universo do mercado ao conjunto da vida humana e ambiental, devorando variedades locais” (SILVEIRA; SAYAGO, 2006), provocando pobreza e minando o poder de reconstituição dos meios em que se insere. No presente artigo, trataremos o modelo de desenvolvimento ocidental, segundo sua interligação com a produção, a tecnologia e o meio ambiente, a partir da noção de “subdesenvolvimento” enquanto causa. De fato, não temos a pretensão de com este artigo esgotar as possibilidades de conexão, nem ao menos trabalhar a temática do desenvolvimento nos moldes norte-americanos de maneira plena e absoluta.

A metodologia deste ensaio assentou-se na leitura dos quatro vocábulos – presentes no Dicionário do Desenvolvimento (SACHS, 2000), nos textos que deram aporte à disciplina de Desenvolvimento Rural Sustentável do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas e ainda outras obras que serão citadas no decorrer deste trabalho.

A noção de desenvolvimento ancorada na percepção ocidental da realidade teve o Norte, “como o farol que após a segunda guerra-mundial pretensamente iluminaria o Sul”. Nesta ordem instituída no pós-guerra, o desenvolvimento implicaria em processos de mudanças sociais em direção a um ideal de modernização interpretado como um estágio sócio-econômico e político de uma comunidade caracterizada por altos índices dos fatores de produção (recursos naturais, capital, trabalho e tecnologia), referenciada no padrão de consumo da sociedade norte-americana (MARTINS, 2004).

No século XX, mesmo em países e regiões afastadas dos centros da modernização – tanto no discurso neoliberal, como no socialista – a idéia de desenvolvimento toma corpo, “ocupando o centro de uma

constelação semântica incrivelmente poderosa” (ESTEVA, 2000). Esta idéia está diretamente relacionada com a idéia de modernidade.

O modelo hegemônico que traduz esta concepção, diretamente conectado a racionalidade do lucro, expropria a biodiversidade (cultural e ambiental), intensifica a satisfação das necessidades, renovando-as constantemente, tornando premente a geração de meios técnicos capazes da satisfação destas. A noção de desenvolvimento, partindo da lógica antropocêntrica, perde sua tônica, pressupõe mudanças e aponta para uma “crise paradigmática” de âmbito ambiental, social e econômico.

As “crises” ambiental, econômica e social colocam em cheque esta noção generalizadora [universal] e progressiva do progresso [desenvolvimento]. Essas crises e a evolução social das sociedades “modernas”, no século 20 esgotaram a força mobilizadora desta idéia. (ALMEIDA, 1997, p. 35)

A noção de sustentabilidade desenvolveu-se a partir desta múltipla e longa crise que se instalou no ultimo terço do século XX, durante o processo contraditório, desigual e heterogêneo de formação da sociedade global. A desigualdade colocada, diz respeito à exclusão social e a crescente incapacidade dos Estados nacionais em controlar os efeitos perversos da tecnociência sobre o ambiente, tal como os riscos acarretados à humanidade, através das formas de expropriação da natureza e do trabalho.

É preciso ainda dizer que a crise de ordem ambiental surge a partir do momento em que a população rompe com o equilíbrio dinâmico do sistema. Momento em que a desorganização do sistema é tal que o sistema não é capaz de se recompor. Para LOVATTO (2007), de forma a romper com esta percepção, o respeito à natureza deve ser valor incorporado ao conceito de desenvolvimento.

As conseqüências de uma visão de futuro alicerçada no credo produtivista, no desenvolvimento e na racionalidade instrumental, características já inerentes do paradigma científico e tecnológico da civilização industrial moderna, permeiam as relações sociais, as culturas corrompem a ética, fazem-se sentir nos efeitos funestos causados à manutenção da vida do próprio planeta. Contudo, o homem impregnado pela idéia de desenvolvimento, obstinado pelo progresso e imerso neste caos utiliza-se do pretexto de estar defendendo o planeta para preservar o padrão “ideal” de consumo, desta forma ele compromete a si e ao planeta cada vez mais, pois se sente cada vez mais sub em relação ao desenvolvido.

O “subdesenvolvimento” enquanto causa

Durante todo processo histórico de “construção” da sociedade a noção de desenvolvimento (evolução) já se mostrava presente. Segundo CORRÊA, (2007), o homem evoluiu muito. Aprendeu a caçar, a viver em sociedade e desenvolveu a agricultura. Esses passos rumo ao progresso da civilização proporcionaram inúmeros benefícios. Ocorre que estes benefícios destinam-se a uma única espécie, a nossa.

Ainda assim, é necessário deixar claro que este desenvolvimento nada tinha a ver com a noção disseminada após o discurso de Truman em 1949, quando o termo “subdesenvolvido” surge para reconceituar e criar novos “selos”, um novo molde a ser perseguido, guiado pelo estigma do crescimento econômico. ESTEVA (2000) afirma que “Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana”.

Dentro do liberalismo, o desenvolvimento veio a substituir a noção de progresso, associada à ideia de crescimento, assimilando, assim, uma conotação positiva (de prejulgamento favorável), ou seja, seria um bem em si, pois desenvolver-se seria forçosamente ascender, rumo ao mais e ao melhor. A “idéia-mestre” de desenvolvimento que fundamenta essa visão reside no paradigma do humanismo ocidental (MORIN, 1996 apud ALMEIDA, 1997).

Cabe ainda dizer que, embora esta visão se proponha a planificar a sociedade, a levar o desenvolvimento aos subdesenvolvidos, através das poderosas ferramentas tecnológicas e científicas, tornando “subordinados” em “parceiros no progresso” (ULLRICH, 2000), na realidade o que houve foi um processo ainda mais profundo de diferenciação social, ou seja, a idéia paternalista de desenvolvimento tornou os pobres mais pobres e ainda mais dependentes e mais subordinados, o Brasil ainda mais colônia.

O “desenvolvimento” desconstruindo identidades

A partir da noção de evolução ancorada no desenvolvimento todos os setores de produção passaram por inúmeras transformações, dando início ao caos que vivemos atualmente, ocasionando uma crise tão profunda que muitas vezes parece estar nos levando ao colapso. Sobre este assunto, JARED DIAMOND (2005), relatou em sua recente obra,

Colapso, exemplos fáticos de diversas civilizações que foram levadas ao fracasso devido à sua própria maneira de vida.

O que se viu a partir de 20 de janeiro de 1949, “[b]ilhões de pessoas que viviam de forma distinta, donos de uma diversidade cultural impressionante, que não tinham na ciência e na indústria de grande escala o seu projeto de desenvolvimento, tornaram-se “subdesenvolvidas”[...]”, “[...] foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui [...], uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada” (ESTEVA, 2000).

Diante deste desenvolvimento, pergunta-se o que vem a ser qualidade de vida? É possível afirmarmos, neste contexto, que a qualidade de vida é criada e recriada pelo padrão “ideal” de consumo. Para a produção moderna funcionar a economia deve primeiro estabelecer um sistema em que as pessoas se tornem dependentes dos bens e serviço, é preciso recriar cultural e socialmente os padrões da subsistência. Neste sentido e na evolução constante deste processo, torna-se difícil falar de sustentabilidade nos moldes do Relatório de Brundtland⁵ – “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas necessidades”. No *Dicionário do Desenvolvimento* (2000), Robert complementa esta idéia ao dizer que: [...] A produção em massa dos modernos bens, serviço e imagens exige um solapamento cultural, através de um desvalor, quer dizer, a desvalorização sistemática dos bens encontrada nas culturas tradicionais.

Encontramos aí um contraponto no pensamento norte-americano, pois, foi presidente Lyndon Johnston no ano de 1964 que declarou: “os objetivos (da população) não podiam ser medidos pelo saldo de suas contas bancária. Eles só podem ser medidos pela qualidade da vida que as pessoas têm” (BECH, 1993, p1).

Mesmo assim, a difusão do modelo ocidental, que em certa medida propiciou a conotação de um Norte avançado *versus* um Sul retrógrado, aliado as imprevisibilidades de sua aplicação em outras nações gerou, em última medida, uma grande crise não somente epistemológica, mas também de cunho ambiental, social, cultural, ético e até mesmo econômico, pois se torna economicamente insustentável manter certos padrões produtivos a elevados custos de todas as ordens.

⁵ Trataremos mais adiante sobre as incongruências acerca do desenvolvimento sustentável.

Antes de trabalharmos a conexão a que nos propomos no início deste ensaio, é preciso dizer que proveniente desta crise, a noção de desenvolvimento na eminência de passar a ser questionada, e a partir disso ter sua hegemonia abalada e superada, perdendo a condição que havia assumido em âmbito global, viu-se coagida a assumir novas roupagens na terminologia e no discurso.

Veremos a seguir que em termos de atuação não houve mudanças substanciais; o que se pode dizer com certeza é que impulsionada pelas pressões – primordialmente dos ambientalistas – a sociedade requisitou reformas, mas nunca e jamais se propôs a romper com aquele modelo, que sempre lhe trouxe a noção de progresso e prosperidade, de ir para um patamar melhor, de talvez até mesmo evoluir, numa noção mais Darwiniana, por assim dizer.

A supremacia do modelo norte-americano está guiada pela lógica capitalista, que a tudo dá valor de troca, que expropria para acumular, que fomenta as necessidades de consumo, que transforma e remodela os padrões de consumo e que, para tanto, modifica a matriz produtiva, exigindo produtividade, que pressupõe incremento tecnológico, que segue os padrões desenvolvimentistas sem medir conseqüências.

Partindo do exposto acima, pode-se dizer que a chave para o desenvolvimento incidia na maior produção, que segundo ROBERT (2000) significava “uma aplicação mais ampla e mais vigorosa do conhecimento científico e técnico”. A não execução desta equação acarretava no subdesenvolvimento.

Sendo assim, a produção torna-se um instrumental fundamental tanto para evitar o “subdesenvolvimento”, quanto para justificar a noção de desenvolvimento, em que um aumento de produtividade, resultaria em acréscimo de renda que, em última análise, responderia na “popularização” da qualidade de vida, este é o mote que carrega.

Neste momento, que a produção econômica de base tecnológica se torna indispensável, passa a ser propagado, de maneira contundente, o modelo de produção ocidental/produtivista, o qual está a serviço da noção de desenvolvimento ligada ao crescimento econômico. Esta noção também impregnou a agricultura, a colocando frente ao crescimento econômico nacional, que acompanhado por uma série de avanços tecnológicos propiciou um incremento produtivo capaz de ampliar a eficácia da atividade agrícola.

Os reflexos do “desenvolvimento” alcançaram a agricultura

É preciso ainda refletir que no decorrer das décadas de 1950 e 1960, segundo ALMEIDA (1997), a inserção da esfera agrícola no sistema econômico, calcada na legislação, é cada vez mais intensa, tem por finalidade a transformação do “setor” da agricultura, ideologicamente considerado “arcaico”, tradicional e atrasado, em um setor “moderno”, para ele “[o] desenvolvimento agrícola e rural é um instrumento desta mutação [...]”.

Em função da modernização da agricultura, o agricultor busca suporte nas tecnologias para tornar-se produtivo. Dentro desta visão, ele irá deixar de lado a relação “respeitosa” para com a natureza, tanto em relação à “temporalidade”⁶ quanto em relação à finitude dos recursos naturais não-renováveis, através da intensificação do uso de máquinas e de insumos que, por um lado, otimizem o tempo do crescimento da composição orgânica do capital e, por outro, dê ao agricultor a capacidade de identificar, isolar, e controlar “os fatores produtivos”, bem como uma série de estágios, antes, estritamente atrelados às incertezas da natureza. Este agricultor/empresário interfere na cronologia das plantas e dos processos, ele “robotifica” uma série de etapas, buscando a maximização dos lucros, ou seja, a máxima produtividade econômica, com vistas no desenvolvimento “utópico”.

No tocante a esta realidade, segundo CAPORAL e COSTABEBER, 2004, o que se viu foi o total abandono aos agroecossistemas assentados na diversificação de culturas que abriam maiores possibilidades de reciclagem energética, de utilização de insumos locais e de valorização da mão-de-obra rural. Além disso, todos os conhecimentos e vivências dos agricultores sua relação com a natureza, suas formas de manejo tradicional, seu conhecimento, passado de geração em geração, eram deixados de lado para serem substituídos por uma forma moderna de fazer agricultura, a qual excluía as formas de relação comunitária das comunidades rurais, onde os valores de uso sempre prevaleciam sobre os valores de troca.

Contudo, é necessário ver através da ótica dos agricultores familiares, os quais respeitam uma outra lógica, que para CHAYANOV se trata do grau de auto-exploração da força de trabalho (intensidade do trabalho) estabelecido pela relação entre a satisfação das necessidades e o

⁶ Para Montibeller-Filho diz que “o tempo geológico, o tempo na natureza em sua ordem, seus ciclos próprios de reprodução, incorpora-se na abordagem ao lado e superando a hegemonia do tempo econômico (dominado pela racionalidade da produção e da produtividade).” (2001, p.51)

esforço do trabalho necessário, ele completa ainda dizendo que a motivação para a atividade econômica na unidade camponesa é regida pelo balanço (subjetivo) consumo/trabalho CHAYANOV (1974). Já MARX disse que o produtor está tão relacionado ao mercado, que lhe surgirão necessidades continuamente, isso lhe levará a produção de mais excedentes para que os possa transformar em novos bens, ou seja, ele se move por sua "ganância".

No caso da produção familiar, muitas vezes, o produto não assume a forma exata de mercadoria, ele não circula, não entra na dinâmica que separa as necessidades de suas satisfações, e, portanto, não requer um hiato – o mercado/comércio – que lhe crie necessidade e lhe fomenta a produção. Este agricultor não é parte diretamente integrante do desenvolvimento econômico nacional, pois sua produção não assume valor de troca, fator essencial para a evolução do capitalismo.

O agricultor familiar na busca pela modernização, por sua inserção/sobrevivência, se coloca diante de um modelo que extrapola o uso dos recursos naturais, que segue a dinâmica "fordista", que visa imprimir, também na agricultura, a divisão social do trabalho em suas últimas conseqüências, que visa introduzir a noção de especialização e da tecnificação, onde os mais eficientes se mantêm e os demais – os "atrasados" – são sucumbidos com o avanço da modernização.

A partir deste momento, o produtor não domina mais seu processo produtivo, ele agora está atrelado a um "pacote tecnológico", que lhe dita as formas de fazer e prevê seus resultados mediante uma série de pressupostos, que gera expectativa de lucro, que condiciona o produtor a função custo/benefício, ao contrário do que faz seu "Bartolo", que respeita, ou melhor, troca com a natureza. Este agricultor desconectado do circuito produtivista considera no processo os valores culturais, que o alimentam tanto quanto o próprio alimento. Para os mexicanos "[...] o milho da *milpa*, tem um gosto diferente, eles dizem, que ele tem gosto" ROBERT (2000).

Todo este contraponto da pequena exploração, da produção familiar, que resiste ao ideal da moderna produção agrícola, são situações isoladas, que não refletem uma maioria, nem uma hegemonia. O que se vê é a ciência e a tecnologia – tecnociência – adentrando e minando os modos de existência e produção em diversas partes, direta ou indiretamente.

A ciência, a tecnologia e o trabalho intelectual, valorizado e produtivo – enquanto ferramentas que permitem idealizar, fantasiar e criar expectativas – são consideradas os atores mais importantes no processo de consolidação do desenvolvimento. Não se trata aqui da

produção *per se*, como ato de “gerar”, mas como produção econômica que através da troca viabiliza a acumulação, permitindo a evolução do modelo capitalista, ou seja, ciência e tecnologia possibilitariam produzir excedente, com finalidade de troca, o que resulta em prosperidade (desenvolvimento).

O desenvolvimento, enquanto agente de crescimento econômico, industrialização e avanço tecnológico, passa a designar a definitiva transformação de sociedades tradicionais em industriais, o que se pode ver como a passagem de uma condição arcaica para uma avançada e superior, moderna, caracterizada pela tecnologização, pela busca da prosperidade material “tenho, logo existo” – se fundamenta na idéia segundo a qual “... o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado” FURTADO (1998)

Justamente nesse período, surgem algumas instituições – BM, FMI e GATT – chamadas de Brettons Woods, as quais criam uma “estrutura operativa que orquestrará, em todo o mundo, a implantação do modo industrial de uso dos recursos naturais”. Estas instituições passam a reger o modelo de pesquisa em nível global, através de uma série de iniciativas, até mesmo financeiras.

Até este momento, foi possível verificar de que forma a produção se equaliza/transforma em produtividade e a serviço de quem se coloca. Porque a ciência e a tecnologia tornam-se instrumentais importantes para consolidação do desenvolvimento e de que forma tudo isso se insere na agricultura. A partir disto, é preciso verificar qual o papel da pesquisa, e logo, quais são as bases em que se assenta a pesquisa “convencional”.

De acordo com NORGAARD e SIKOR (1999) existem algumas premissas que guiam de forma dominante o modo de fazer ciência moderna. O meio hegemônico de pesquisa está regido pelo *atomismo*, o qual roga que os componentes possam ser entendidos fora de seu sistema de composição, pois este é simplesmente uma soma de todos componentes; pelo *mecanismo* ou mecanicismo, o qual postula que as relações entre as partes de um sistema não se transformam, elas são fixas, embora os sistemas se movam continuamente a partir de um ponto de equilíbrio para outro, suas transformações permanecem reversíveis, isto permite um controle e vaticínio; *universalismo*, parte do pressuposto que o mundo pode ser explicado através da interação de um número bastante reduzido de princípios universais, que não se transformam no tempo e no espaço; *objetivismo*, o qual alega que nossos valores, formas de conhecimento e ações podem ser mantidas distante do objeto de estudo, ou seja, trata-se da neutralidade axiológica; e *monoísmo*, que diz que

nossas formas de conhecimento fracionadas e disciplinares se fundem em um todo coerente.

A constante desatualização das técnicas e das áreas do conhecimento e disciplinas que as evocam, demonstram, em certa medida, que a ciência e a tecnologia avançaram imensamente no século XX. Em contrapartida, este avanço, requer “marcos conceituais e abordagens que permitam compreender o mundo cada vez mais complexo em que o homem está inserido” BEZERRA; FERNANDES (2004), ou seja, este modelo caracterizado por NORGAARD e SIKOR (1999) não comporta mais as explicações necessárias, não é capaz de responder aos imperativos da atualidade, é preciso uma nova forma de construção do conhecimento, que comporte a complexidade.

O desenvolvimento” a serviço da destruição da natureza

Todas as conquistas no campo da tecnologia foram alcançadas à custa de um consumo intensivo de recursos naturais “gratuitos” e da produção de “desvalores”. A produção de bens e serviços acarretou em uma série de efeitos colaterais inesperados, os quais começaram a arrefecer o otimismo universal. ROBERT (2000) diz que neste momento “[v]iu-se que os próprios processos produtivos poluíam o meio ambiente”, e segue dizendo que quando estes danos não eram visíveis, ou até imediatos, estes eram ocultados ou internalizados, por vezes, até mesmo eram exportados a países do Terceiro Mundo, ou embutidos no preço dos produtos, como se fosse possível pagar pelo dano.

Com relação à questão ambiental, o verdadeiro valor da natureza e o que ela significa parece ter sido esquecido. CORRÊA (2007), alerta:

O valor dos serviços prestados pelos ecossistemas naturais, como a polinização natural, a auto-depuração das águas, a ciclagem de nutrientes e tantos outros é praticamente imensurável. Não há tecnologia capaz de suprir o valor de ecossistemas intactos, sem mencionar o valor intrínseco que eles possuem, o valor da mera existência, este, sem qualquer dúvida, incalculável. Não é possível mensurar o valor do canto de um pássaro, de uma árvore centenária, do correr de um rio, de uma cachoeira.

Nesta visão, os possíveis problemas ambientais eram entendidos como externalidades, se encontravam alheio ao sistema econômico, que se apresentava fechado e em equilíbrio. Esta percepção, quando associada à busca pelo lucro, pela reprodução ampliada do capital impõe um ritmo acelerado de exploração da natureza, onde o tempo econômico ganha

uma velocidade muito superior ao tempo natural (temporalidade)⁷. “O ritmo de exploração econômica da natureza é tal que impede esta de se recompor. O resultado deste processo foi a geração de problemas ambientais em escala crescente, seja quanto ao número seja quanto à magnitude dos mesmos” (MARQUES, 2002).

Esta relação de desmedida apropriação dos recursos naturais pelo homem em prol da acumulação econômica pode ser visto através do que ULLRICH (2000) diz:

[...] a quantidade de combustível fóssil queimado por ano, equivale ao que foi armazenado pela natureza em um período de quase um milhão de anos. A maior parte deste combustível, cerca de 80%, é utilizada pelos países industriais, onde vivem somente 25% da população mundial. Esse apetite voraz por recurso torna-se ainda mais evidente no caso dos EUA: menos de 6% da população mundial consomem cerca de 40% dos recursos naturais do mundo. Se esse modo de produção industrial e estilo de vida se expandissem para toda a população da terra, seria necessário que cinco ou seis planetas iguais a terra estivessem disponíveis para o saqueio de recursos e recolhimento do lixo" (ULLRICH, 2000, p.345).

Entretanto, como estamos em um planeta de sistema relativamente ‘fechado’ todos acabam por pagar a conta (SILVEIRA E SAYAGO, 2006), é preciso ressaltar que (GALEANO, 2000 apud SILVEIRA E SAYAGO, 2006) dizia que “la gran mayoría de la gente consume poco, poquito y nada necesariamente”, isso nos leva a pensar que o grande problema não está no fato do crescimento da população e sim no padrão de consumo de uma pequena parcela mundial que extrapola os níveis aceitáveis de “desordem”⁸.

Dessa forma, é preciso dar novos rumos para a sociedade, é preciso redirecionar não só nosso discurso, nem nossas terminologias, mas, sobretudo, nossas práticas cotidianas e nosso posicionamento em relação a questões globais. A crise ambiental em um futuro não muito distante tende a gerar catástrofes astronômicas, para grandes contingentes populacionais no mundo inteiro, a exemplo o esgotamento dos recursos hídricos (potável e agricultável), a escassez de alimentos “limpos” de solos agriculturáveis, baixa qualidade do ar atmosférico, dentre uma série

⁷ Para Porto-Gonçalves “é no interior de uma luta entre temporalidade distintas que se dá a revolução dita tecnológica e, como vemos, de poder. [...] é preciso assinalar o absurdo que é a idéia, no mundo moderno-colonial tornada tão natural que separa natureza de cultura, homem de natureza. (2006, p.83)

⁸ De acordo com Marcelo Gleiser “há uma tendência dos sistemas saírem de um estado organizado para um estado desorganizado toda vez que não estiverem trocando energia com o exterior. [...] A quantidade de desordem de um sistema é representada pela sua entropia: quanto mais organizado o sistema, menor é sua entropia. [...] a entropia nunca decresce, podendo apenas crescer ou permanecer constante. [...] A vida [...] só é possível quando existe um decréscimo local de entropia, um aumento local de ordem”. Mas, é relevante dizer que a entropia total sempre será negativa. (2002)

de danos sociais, que dizem respeito à precária sanidade e distribuição de renda e alimentos. É necessário perceber que:

Quanto mais a pessoa está imersa na economia, menos pessoa ele ou ela é. É menos amigo/a menos participante do lazer – isto é, cultura. O ar é menos puro, os locais selvagens são mais escassos, o solo é menos rico e a água, menos reluzente. (ROBERT, 2000, p. 278)

Para PAZ (1982). “*Diante desta visão, como não retroceder e procurar outro modelo de desenvolvimento?*” A grande questão é: realmente é necessário um desenvolvimento? Ou um outro desenvolvimento como se refere Paz? Esta visão da busca de um novo “modelo de desenvolvimento” está impregnada da necessidade de se chegar a um lugar “ideacional”, que não considera as diversidades e complexidades, locais, culturais, tradicionais, de valoração e até antropológicas.

Esta necessidade pelo novo, por algo que não está disponível nos parâmetros atuais passa ser visto a partir do momento em que contraprodutividade se espalhou pelos setores produtivos da sociedade, gerando a suspeita de que o produto primeiro da economia seria, na verdade, o desvalor.

É através das próprias contradições, fragilidades e inconsistências do modelo desenvolvimentista ocidental que emerge a “insustentabilidade”, e nela esta embutida a já mencionada idéia de reformas no modelo, esta noção de não-sustentável, não preconiza rupturas, ela pressupõe a manutenção das necessidades humanas atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras⁹. É preciso avaliar de que necessidades se referem? As necessidades podem ser previstas mediante este modelo que cria e recria padrões de consumo e modos de ser e ter? É possível ser sustentável com a inserção cada vez mais avassaladora da tecnologia e da ciência nas mais diversas localidades?

Realmente é urgente repensar tanto o sistema em que estamos imersos quanto às alternativas que se propõe a superá-lo, é necessário refletirmos sobre a complexidade que envolve as decisões humanas, é preciso assumir em “objetos limpos a proliferação de vínculos de riscos” LATOUR (2004).

Conforme SACHS (2000) o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta uma outra grandeza – a sustentabilidade ambiental – à dimensão da sustentabilidade social. Ela é baseada no duplo imperativo ético da solidariedade sincrônica com as gerações futuras. Ela

⁹ Já foi citado anteriormente, quando fizemos referência ao Relatório de Brundtland, ver pág. 4.

nos compele a trabalhar com as escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional.

Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais.

Para finalizar, é premente nos reportarmos a SACHS (2000) apud MONTEBELLER-FILHO (2001) quando este nos diz que o ideal do novo paradigma somente será alcançado quando não for mais necessário nos referirmos ao desenvolvimento associado “a um adjetivo “sustentável” ou o prefixo “eco”, espera-se que este ideal tenha sido alcançado a partir de uma revolução nas bases que sustentam o sistema.

A noção de desenvolvimento, bem como suas teorias, se dissolvem a partir do momento em que fica evidente a impossibilidade de impor um modelo cultural único no mundo inteiro, pois por mais que o desenvolvimento pareça ser o ideal, deve-se admitir a existência de obstáculos estruturais que impossibilitam a materialização universal dessas metas. O “desenvolvimento”, fracassado como aparelho de melhora social concretiza-se também como instrumento de controle, num momento em que esse controle caracteriza-se por seu domínio de técnicas sutis, pela modulação de intensidades, pela economia de meios, pela construção de um discurso opaco, que emprega uma idéia como a de “desenvolvimento”, relacionada com melhora e progresso, para promover a reprodução da ordem social capitalista, que restringe esses efeitos positivos para uma minoria.

Dentre todas essas idéias, é preciso deixar bem claro que para os estudiosos pós-desenvolvimentistas não existe nenhuma forma de desenvolvimento, estes não aceitam o desenvolvimento social nem como forma nem como alguma etapa de desenvolvimento.

Considerações finais

De forma despretensiosa aponta-se algumas direções que propiciem uma desvinculação da ótica a qual nos referimos durante este ensaio. De fato, é preciso romper com a lógica desenvolvimentista/produtivista/ocidental que carrega a produção, a tecnociência e o meio ambiente a rumos inimagináveis. A noção competitiva, fragmentada, universalista e mecanicista tem permeado inclusive os modos de ser e pensar do *sensu* social.

Nessa mesma linha de pensamento, SACHS (2000) alerta que objetivos clássicos como lei e ordem ou bem-estar social têm sido invocados, e, mais recentemente o desenvolvimento tornou-se alvo em

nome do qual muitos governos sacrificam os interesses vitais de grande parte do seu povo. Diz que as últimas décadas poderiam ser chamadas de era do desenvolvimento e que essa era está chegando ao fim, chegando ao ponto de afirmar que já é o momento adequado para escrever seu obituário. Nesse período, o desenvolvimento tem orientado e guiado as nações emergentes em prol do desenvolvimento. Mais de quatro décadas se passaram e governos e seus cidadãos continuam a manter seus olhos fixos na meta desse tão propalado desenvolvimento e ainda acreditando que todos os sacrifícios foram e são justificáveis. SACHS (2000).

Reforçamos que a noção de "subdesenvolvimento", evocada por Truman, foi realmente o ensejo para a grande corrida desenvolvimentista que levou o mundo a buscar o padrão norte-americano de produzir, de fazer tecnociência e de prover relações tanto entre aos homens quanto ao meio.

Esta talvez seja o ponto mais importante para que se perceba o modo de pensar dos adeptos do "pós-desenvolvimento". Eles não aceitam que as sociedades humanas estejam se desenvolvendo há milênios, pelo menos desde a revolução neolítica, que teve muito mais importância e impacto que a revolução industrial. Acham que o fenômeno só começou com o chamado crescimento econômico moderno e que sua ideologia só teria surgido, com muito atraso, depois da Segunda Guerra Mundial.

Já é momento desta lógica perder sua tônica e a noção holística, complexificada, histórico-dialética, pluralista e subjetiva, tomar espaço e ser assumida pela sociedade e não ficar "incubada" institucionalmente é preciso sair da retórica, as ações pontuais precisam tomar fôlego, sem necessariamente ser fonte homogeneizante do mundo.

Como já dissemos anteriormente é difícil ser sustentável, a partir da visão da entropia e da temporalidade, mas este de fato é um caminho para que a "emancipação do sujeito", para que o indivíduo assuma a natureza como algo não externo a ele e sim parte dele. E a partir disso, perceba o meio ambiente como todas as relações de interação entre os homens e destes com o meio natural imaterial ou material.

Por fim, apontamos como inevitável, no atual momento da sociedade, a busca por soluções não-milagrosas, mas pensadas e fundamentadas, que visem à resolução prática dos conflitos ambientais, não apenas sob seus aspectos ecológicos, mas também éticos, políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais, ou seja, sob uma visão integrada do ambiente desenvolvida por um enfoque que substancie as relações existentes.

É preciso pensar um novo cenário que favoreça o conjunto da população e não, apenas e tão-somente, pequenos grupos sociais. É

importante pensar em uma economia social, a serviço de todos, em favor da melhoria dos indicadores de qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso a idéia de desenvolvimento (rural) sustentável In: ALMEIDA, Jalcione (Org.); NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2. e. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. v. 1. 322 p.

BECH, P. (1993). Quality of life measurements in chronic disorders. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 59, 1-10.

BEZERRA, A. J. A. ; FERNANDES, F.F. As possibilidades e os desafios para a construção da noção de complexidade na pesquisa agrícola. In: PORTO, Victor Hugo et alii (editores) “*Agricultor familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo*”. RS: EMBRAPA Clima Temperado, 2004. p.141-157.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires. Ediciones Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, I. V. *Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul*. Pelotas-RS: UFPel- Universidade Federal de Pelotas, 2007. 89 p. (Dissertação de Mestrado).

ESTEVA, G. Desenvolvimento In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Editora Vozes. 2000.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

GLEISER, M. *Tempo, vida e entropia*. Folha de São Paulo. Disponível em: http://www.fisicabrasil.hpg.ig.com.br/tempo_entropia.html. Acesso em: 02 de jul. 2007.

LATOUR, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. São Paulo, EDUSC. 2004.

LOVATTO, P. B. UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. A percepção de agricultores

familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. 2007. 262 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.

MARQUES, I. R. *Natureza e ciência na crise ambiental contemporânea*. XII Congresso Nacional de Sociologia, UFPR, Curitiba, Abril de 2002.

MARTINS, S.R. *Desenvolvimento Sustentável: desenvolvendo a sustentabilidade*. Texto base para os Núcleos de Educação Ambiental da Agenda 21 de Pelotas: "Formação de coordenadores e multiplicadores socioambientais", (mimeo.) Pelotas, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis, Editora UFSC, 2001.

NORGAARD, R. B. & SIKOR, T. O. Metodología y práctica de la agroecología. In: Altieri, M. A. *Agroecología: As bases científicas da agricultura sustentável*. Montevideo, Nordan, 1999, 338p.

PAZ, O. *O Labirinto da Solidão e Post Scriptum*. 3 e. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2006.

ROBERT, J. Produção In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Editora Vozes. 2000.

SACHS, W. Meio Ambiente In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Editora Vozes. 2000.

SILVEIRA, J.S.; SAYAGO, D. *Modelos de Desenvolvimento e Meio Ambiente: Discursos e Ordens de Força Determinante*. III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.

ULLRICH, O. Tecnologia In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Editora Vozes. 2000.